

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2253/75

INTERESSADO : SUNGEM NAKANDAKARI

ASSUNTO : Equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem de Escola SENAI

RELATORA : Consª Maria de Lourdes Mariotto Haidar

PARECER CEE N° 1 4 7 4 / 7 5 , CPG, Aprovado em 14 /maio /75
 Com. ao Pleno
 em 26 / 05 /75
 (Proc. CEE n°2253/75)

I - RELATÓRIO1 - HISTÓRICO

1-1 Sungem Nakandakari, filho de Haruiti Nakandakarí e de d. Fumico Tamanaka Nakandakari, nascido em Iacanga, S.P. , a 17 de fevereiro de 1950,tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI de Bauru, solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 2º grau.

1.2 É o seguinte o histórico escolar do requerente:

1.2.1 - curso primário, com 4 (quatro) séries;

1.2.2 - curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 4 (quatro) "graus", na Escola SENAI de Bauru, onde estudou: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Aplicadas (Física Química), Desenho, Ciências, Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.3 - em 28 de junho de 1968, recebeu o Certificado de Aprendizagem, na especialidade de "Mecânico Geral".

1.3 - A documentação escolar esta em ordem e atende às exigências da Resolução CEE - n° 19/65.

PROCESSO CEE N° 2253/75PARECER CEE N° 1474 / 752. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 o Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu parágrafo Único, artigo 12, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carte de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-n° 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-n°720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 - O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 - O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 4 "termos", ou ainda de 4 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE nº14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries = 720 horas/aula, por séries).

2.7 - O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou é equivalente ao previsto pela Resolução CFE nº8/71, mas não incluiu Geografia do Brasil, História do Brasil e Educação Moral e Cívica.

2.8 - Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho recomença os estudos realizados por Sungem Nakandakari no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI de Bauru, como equivalentes aos cumpridos na 8ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhe a matrícula na 1ª série do ensino do 2º grau.

O interessado, em prejuízo da continuidade de seus estudos, deverá submeter-se a exames especiais de História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Moral e cívica, Geografia Geral e História Geral.

São Paulo, 14 de maio de 1975

a) Consª. Maria de Lourdes M. Haidar

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto da Nobre Conselheira.

Presentes os Nobres Conselheiros: Elisiário Rodrigues de Sousa, Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro, Maria de Lourdes M. Haidar e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1975

a) Cons. Eloysio Rodrigues da Silva

Presidente em exercício